



HISTÓRIAS de ACORDAR

MEDIAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

**PEQUENO MANUAL DE EXPERIÊNCIAS
LITERÁRIAS COMPARTILHADAS**



Penélope Martins

APRESENTAÇÃO

Este caderno apresenta propostas de mediação em direitos humanos com base na leitura do livro *Histórias de Acordar*. A experiência com a leitura literária se destaca pela fruição da beleza que a arte da palavra constrói sem imediatismos, uma vez que a cada novo enredo, frente a frente com os personagens que se revelam nas páginas do livro, amplifica-se o potencial de ler em si a narrativa do viver. É nesse sentido que as conversas sobre a leitura neste caderno coletivizam trocas potentes de desenvolvimento humano.

Acesse o site www.historiasdeacordar.com.br para baixar gratuitamente as versões digitais do livro literário, dos cadernos de atividades, e assistir aos vídeos com orientações para o trabalho literário na escola.

“Foi quando Dona Eduína entendeu o desejo da netinha. Tão miudinha, mas já sabendo o que queria olhar e ver. Então, afastou o rosto, devolvendo à netinha um espaço, para que o olhar dela buscasse o céu.”

(Conceição Evaristo – As aves pequenas moram no infinito do céu)



INTRODUÇÃO

A leitura literária oferece um recurso para o autoconhecimento com a ressignificação das relações sociais, o que significa saber mais sobre si mesmo e, conseqüentemente, relacionar-se com as outras pessoas e ampliar a própria compreensão sobre a singularidade de cada uma delas. Isso acontece porque a literatura nasce da experiência coletiva da tradição de contar histórias, o que, por sua vez, está relacionado com a necessidade humana de transmitir conhecimentos, compartilhar experiências, manter viva a memória e criar possibilidades para a vida plena em grupo.

No entanto, diferente da experiência de ouvir uma história, a leitura do livro convida para uma imersão no próprio silêncio. Mas isso não significa que as conversas não existam entre o leitor e o livro. Com o livro em mãos, o leitor se torna uma espécie de investigador da história, decifra conflitos, busca entendimento dos fatos com base em suas percepções. Durante a leitura, todas as referências lidas ou vivenciadas pelo leitor anteriormente àquele livro são despertadas pelo pensamento. Por isso, cada leitor constrói uma trajetória muito particular com cada livro.

Quando os leitores se reúnem para trocar experiências sobre suas leituras, há um retorno ao momento originário da história: a palavra é compartilhada e a escuta uns dos outros faz emergir novos saberes. Essa é a mágica da mediação de leitura: acolher na escuta as impressões dos leitores tornando possível uma troca profunda de conhecimentos pelas vivências de cada um.

A figura do mediador de leitura é de extrema importância nesse encontro de leitores porque ela se compara ao elo da corrente. O mediador tece suas considerações de maneira sutil para que todos se sintam motivados a partilhar o que pensam e o que sentem. Não há certo ou errado na conversa entre leitores, há comunhão e desenvolvimento do grupo por meio da contribuição de cada pessoa. Nessa trama de histórias, o livro se torna um espaço de afeto, um lugar para onde se deseja ir sempre que possível, uma coleção de memórias valiosas.



Mediação em prática

- › Com base na leitura do conto *As aves pequenas moram no infinito do céu*, de Conceição Evaristo, proponha uma conversa entre leitores tendo como tema uma viagem ao próprio nome de cada um, à história da família e às tradições que são preservadas desde os tempos mais antigos até hoje. Proponha a cada leitor que fale ou escreva sobre si mesmo e sua história. Tente valorizar esse elo com a memória para expandir o protagonismo leitor. Ressalte os aspectos culturais do conto questionando os leitores sobre o que pensam a respeito de liberdade religiosa, por exemplo.





PARTE I

**DO DIREITO
ÀS MÚLTIPLAS
NARRATIVAS**

O filósofo Nietzsche, em seu texto *Assim falava Zaratustra*, discorre sobre as três transformações do espírito e indica a resiliência como ponto de partida para nos desafiarmos a ter coragem de enfrentar os obstáculos e, por fim, alcançar a mais sutil compreensão sobre nós mesmos: a experiência de viver cada segundo como uma possibilidade única de ser feliz, ser inteiro. No entanto, essa ideia de felicidade não está atrelada ao egoísmo, à satisfação das próprias vontades.

“

**É preciso alcançar no autoconhecimento
uma percepção de que os outros
também existem e pensam e agem, e
que todos juntos compartilham um
espaço único, um tempo que é comum.**

”

Nesse contexto, pode-se dizer que o direito deve agir como um componente de harmonia social. Os conhecimentos e os reconhecimentos de direitos individuais e coletivos dependem do senso de justiça social do grupo e da atitude de cada pessoa. Da ideia de justiça devem surgir as leis e suas modificações, na medida em que a sociedade se transforme, para garantir dignidade para todas as pessoas.

Desta vez é importante lembrar outro filósofo Kant, e um de seus textos – *O que é esclarecimento* – para dizer que cada pessoa deve se sentir responsável por si e pelo próprio processo de esclarecimento. Isso seria reconhecer que a educação não acontece de forma piramidal, de cima para baixo, com a passividade de quem aprende. Ao contrário, o educando deve ter em si mesmo a figura de um educador porque ele busca o conhecimento e pode compartilhar o que sabe.

A mediação de leitura entra nesse contexto para mostrar que leitores usufruem uma experiência coletiva de troca de experiências, mesmo que um seja mais vivido do que outro, ainda que alguns ainda não tenham referências bibliográficas.

“

Nessas conversas entre leitores, as leituras desabrocham para múltiplas narrativas porque cada interpretação é única, ainda que tenha pontos de convergência com as outras.

”

Importante deixar evidente que não é somente com a leitura dos livros que se aprende. O palavreado anda nas ruas, nas feiras livres, nas redes sociais e nos campos de colheita, de boca em boca as histórias se espalham e repetem ideias que passam a solidificar noções de certo e errado.

“

Por isso, a mediação de leitura é antes de tudo um ato de escuta para a valorização da singularidade de cada pessoa, o que faz somar na pluralidade do grupo uma ideia mais apurada sobre o que é a justiça.

”

A mediação de leitura que atua na escuta atenta promove cidadania, faz ler e pensar e refletir e rever e dizer direitos. Na acolhida da diversidade, leitores de livros e de mundo aprendem sobre si e sobre o outro com o entendimento do princípio da dignidade humana, caminho para a harmonia social. É com esse debate que cidadãos e cidadãs, de todas as idades, constroem a concepção de que são ‘legais’, ou seja, são pessoas com direitos e deveres previstos em lei. E se toda pessoa é legal, ninguém deverá ser tratado à margem da lei, excluído do seu direito de cidadania, de narrativa.

Durante esses encontros, em que um texto literário desperta conversas profundas entre os leitores, a mediação de leitura atinge a compreensão de proteger toda vida humana como forma de proteção a si mesmo. Dar para o outro o mesmo tratamento que deseja para si é lutar contra o desequilíbrio da balança. Interiorizar isso até que flua em atitudes depende de uma educação contínua e aprimorada de escuta, reflexão subjetiva, íntima e reveladora sobre a condição humana, porque somos seres individuais, mas necessitamos da vida social para satisfação plena da existência.

Mas quais serão as melhores histórias para buscar “esclarecimento”? Em quais textos literários encontraremos o sentido de justiça na generosidade? Como abrigar em nós valores que acreditamos com tanta multiplicidade de narrativa?

As perguntas são muitas e não há uma única resposta. Por narrativas apropriadas para despertar uma boa conversa podemos entender aquelas que oferecem uma gama de vivências empáticas que nos auxiliam a superar medos e preconceitos. É preciso sair da área de conforto, abrir as janelas do mundo e experimentar o colorido que apenas a diversidade cultural é capaz de oferecer.



Mediação em prática

- **Faça uma roda para leitura em voz alta do conto *A Santinha da Prateleira*, de Penélope Martins. Cada pessoa poderá ler um parágrafo. Terminada a primeira leitura, não se preocupe com uma ideia de interpretação formal do texto, apenas abra a escuta do grupo para que todos compartilhem como se sentiram durante a história. Deixe que a conversa se desenvolva livremente e que o próprio grupo aponte caminhos para cada questionamento que surgir. Traga para o debate a questão da igualdade social com o esforço da personagem em sobreviver.**



Parte II

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS

Foram seis anos de guerra. Cidades em ruínas, florestas devastadas, milhões de pessoas mortas e outras milhares famintas e sem perspectiva para seguirem suas vidas. Em 1945, representantes de diversos países se reuniram em conferência para promover a paz e tentar recompor ideais para evitar novas guerras. A Segunda Guerra Mundial aconteceu de 1939 até 1945 e até hoje é um marco histórico para compreender o papel devastador dos governantes tiranos. A carta da nova organização das Nações Unidas entrou em vigor em 24 de outubro de 1945, data que é comemorada todos os anos como o Dia das Nações Unidas.

“

Em 1948, a Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, sob a presidência de Eleanor Roosevelt, apresentou o documento que conhecemos até hoje como Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada em 10 de dezembro, com o preâmbulo oficial citando a barbárie da guerra e concordando que todo ser humano nasce livre e igual em direitos e dignidade.

”



Os Estados-membros das Nações Unidas concordaram com os artigos da Declaração e, como consequência disso, atualmente, muitos Estados têm nas suas Constituições a reprodução desses direitos democráticos.



Mediação em prática

► **Retome trechos do conto *Uma viagem de trem e alguns navios*, de Roseana Murray, para inspirar intersecções literárias. Por exemplo:**

“basta imaginar um trem correndo pelas estepes ou serpenteando pelas montanhas, e a prisão se derrete, embora existam trens tão terríveis, que nem é bom lembrar, trens que um dia carregaram gente como gado rumo a um fim trágico.”

Estimule uma pesquisa sobre livros, filmes e pinturas que ajude a retratar o contexto da Segunda Guerra. Faça uma intersecção com o resultado da pesquisa lendo trechos das obras descobertas, organizando uma exposição virtual de arte ou preparando a exibição de um filme com debate. Considere a importância de utilizar mapas para delinear os locais envolvidos na guerra. Conecte ao debate a situação atual das pessoas refugiadas que são privadas de viver no próprio país.



Parte III

CARTA MAGNA DO BRASIL OU CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA

A Constituição Federal Brasileira, assinada em outubro de 1988, incorporou em seu preâmbulo o espírito estimulado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos: o Estado laico acolhe todas as culturas e crenças para exercício pleno dos direitos sociais e individuais, ou seja, liberdade, igualdade e justiça para uma “sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias”, conforme diz o próprio texto da Carta Magna.

Importante lembrar que a Declaração dos Direitos Humanos foi assinada em 1948, ou seja, 40 anos antes da Constituição Brasileira em vigor. De 1948 a 1988, o Brasil teve duas Constituições: a primeira em 1946, que garantiu direitos individuais, proibiu a pena de morte, restabeleceu o equilíbrio entre os poderes Legislativo, Judiciário e Executivo; a segunda, em 1967, com a ditadura militar e um texto extremamente autoritário que não só restringiu direitos individuais como submeteu o Legislativo e o Judiciário ao comando do Executivo, censurando os meios de comunicação e justificando a violência com a instauração de atos institucionais.

> **Mais informações:**

Consulte o site do Senado Brasileiro para conhecer um pouco mais o histórico das Constituições Brasileiras.

12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/constituicoes-brasileiras

Portanto, a Constituição Federal de 1988 é um marco histórico quando pensamos na reconstrução de um Estado Democrático Brasileiro.

Obviamente, a existência da lei não é suficiente para resolver todos os conflitos sociais, mas, como uma chama acesa que orienta o caminho, ela revelará a existência dos obstáculos, questionará significados e com base em sua afirmação acontecerão as transformações.

Por isso, tão importante quanto a lei é conhecer os próprios direitos e deveres e saber que eles são resultado de um longo e doloroso percurso histórico, inclusive com guerras e governos tiranos que podem, a qualquer momento, investir um retorno ao poder.

“

A cidadania não é uma condição passiva, ao contrário, é um chamado para compreender e buscar o ideal de justiça, e garantir sua execução.

”

As linguagens são essenciais para apreender as noções de justiça e formular um pensamento articulado sobre elas. Reunindo os saberes populares, as histórias de tradição, a memória de um povo e também os personagens reais e ficcionais que passam a integrar o imaginário, gerando empatia, uma pessoa é capaz de confirmar uma ideia de justiça. Por isso afirmamos que a leitura é um instrumento para a realização da cidadania.



Mediação em prática

- Retome a leitura do conto *Peixe Menino Peixe*, de Fernando Arosa, e faça uma incursão sobre bibliotecas do mundo e episódios históricos em que livros foram queimados para destruir o imaginário das pessoas. Aproveite o momento para listar com os leitores os livros preferidos de cada um e deixe que o grupo apresente nessas referências o motivo pelo qual guardam essas obras na memória. Valorize o momento para alimentar o debate com perguntas sobre o valor da educação na sociedade e o acesso livre a bens culturais para todos.



PARTE IV

O PODER DE UMA FALSA INFORMAÇÃO

O mundo todo conhece a narrativa do pobre Capitão Gancho, que teve sua mão mastigada pelo crocodilo Tic-Tac. Por unanimidade, leitores do mundo inteiro poderiam retirar Peter Pan de seu trono de herói para eleger o pirata como o verdadeiro injustiçado. O poder da informação é tão grande que qualquer pessoa, desconhecendo a história por inteiro, ao ler essa afirmação poderia defender Gancho antes mesmo de saber que ele fez muitas vítimas andarem na prancha para serem atiradas à boca do crocodilo.

Por razões explícitas, nenhuma criança quer ser comparada ao homem sem coração Capitão Gancho, ou à malvada Rainha de Copas, que mandava cortar cabeças no País das Maravilhas. Isso acontece porque esses dois personagens geram repúdio àquilo que faz sofrer, tortura, mente e manipula, é cruel e injusto.

Chama atenção a forma como as crianças conseguem, algumas vezes, resolver seus conflitos sem que para isso seja necessária a interferência de pessoas adultas. Crianças dividem brinquedos, correm, fazem novas amizades, repartem lanches e brigam, disputam, mas logo fazem as pazes porque sabem, de alguma maneira, que se isolar do convívio é antinatural. Há um desejo comum na infância de conviver e receber respeito, amor, carinho e cuidado.

A criança afirma quem é, permitindo que outra criança faça o mesmo. A criança conhece a prática da liberdade. Muitas vezes, pessoas adultas, ao contrário das crianças, por orgulho, preconceito ou até medo, substituem a investigação mais minuciosa dos fatos e o respeito pela diversidade de opiniões por uma narrativa conveniente às próprias crenças, inclusive com falsas informações.

“

**Os conflitos são tão naturais como o próprio convívio,
enfrentá-los requer uma percepção de si mesmo
com respeito e consideração pelo outro.**

”

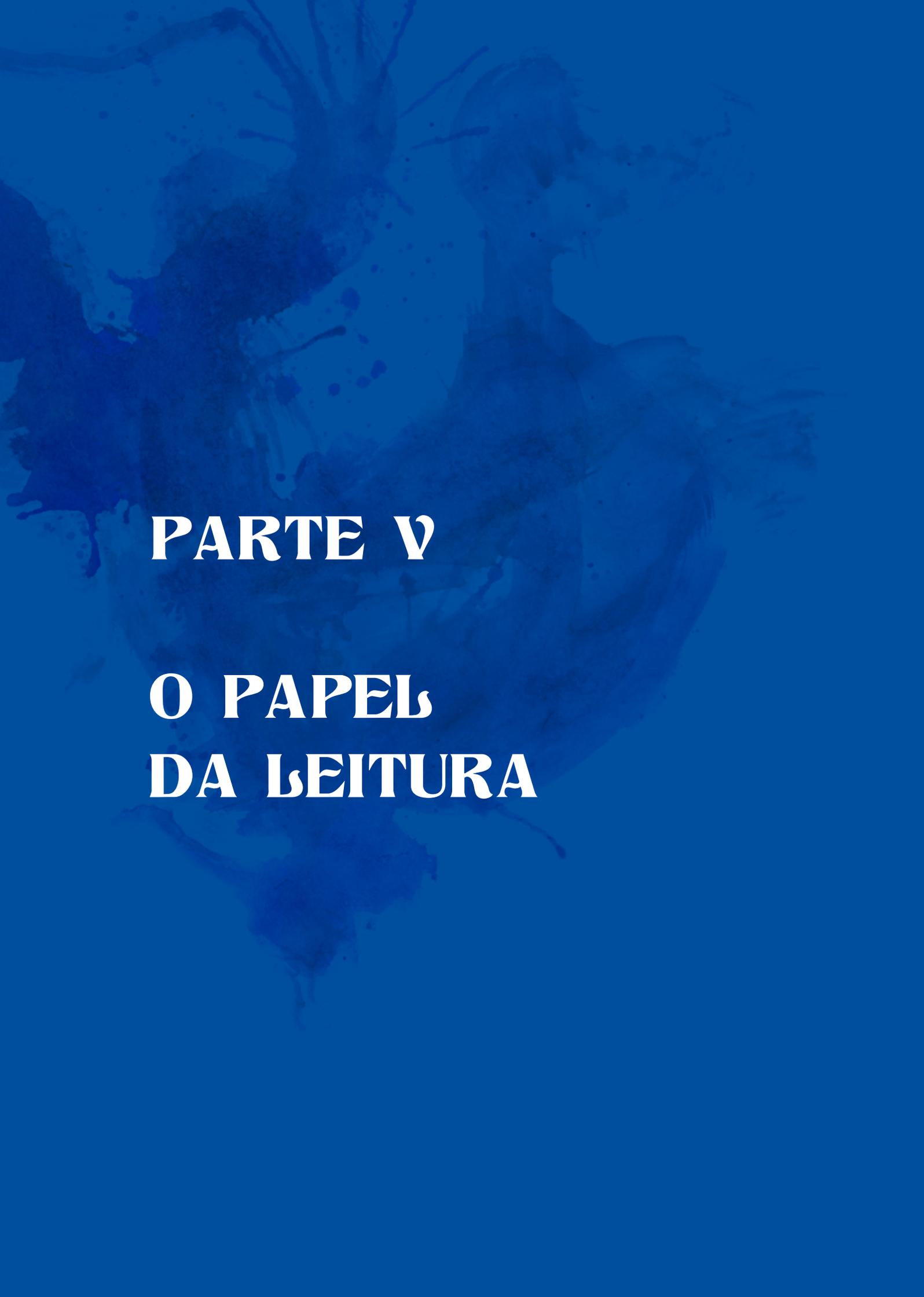
Crianças, portanto, são grandes mestres no ensino da resolução de problemas, eis que desejam se manter juntas, valorizam a presença umas das outras porque percebem na prática os benefícios dessa mútua cooperação.



Mediação em prática

➤ O conto *Quatro em contraluz*, de Antônio Schimeneck, mistura elementos da vida cotidiana com magia, subvertendo a tradicional narrativa das velhas bruxas para acender uma luz sobre uma grande injustiça. Depois de conhecer a Declaração dos Direitos Humanos, releia o conto tentando identificar os direitos que foram suprimidos dessa personagem. Levante o debate sobre a aparência da velha bruxa em contraponto com a elegante e famosa estilista. Pergunte aos leitores se eles acreditam que a aparência pode ser usada para a manipulação das informações. Se possível, utilize também o debate de “fake news” nas redes sociais e de como devemos nos proteger, procurando fontes seguras de informação.





PARTE V

**O PAPEL
DA LEITURA**

Tornar as pessoas aptas a afirmar suas histórias, assumir responsabilidades por suas escolhas e impedir que injustiças se perpetuem é uma construção que requer persistência e comprometimento. Uma sociedade que enfatiza o sucesso nos esforços individuais, desconsiderando o peso da desigualdade, não educa suas crianças e seus jovens para a alteridade com a colaboração para a preservar a harmonia do coletivo na prática do que é bom e justo para todos. Essa noção do que é bom e justo nasce da compreensão de que os direitos se enlaçam com as responsabilidades, e que as liberdades e as conquistas individuais são tão valiosas quanto o bem-estar da comunidade.

“

Para lutar por uma sociedade justa para todos é preciso ter consciência de que o coletivo é tão importante quanto a experiência pessoal.

”

A leitura constante e aprofundada com auxílio de mediação pode ajudar a rever conceitos para que os leitores construam, com base nas histórias, outras maneiras de interação, trilhando um caminho de reflexão constante. É preciso, no entanto, que aos leitores sejam apresentados contextos narrativos plurais não só de gêneros literários como também de diversidade temática, histórica, geográfica, e principalmente de múltiplos pontos de vista.

O debate inclusivo e transformador não é aquele em que o sujeito leitor reconhece como mais adequada a narrativa que se parece com a sua e qualifica como estrangeira toda história que difere das suas experiências. Com diversidade de leituras e mediação de leitura atenta à escuta fica viável a compreensão da profundidade do debate sobre o que é fundamental em matéria de direitos humanos, considerando a individualidade, não o individualismo.

“

Cada pessoa é diferente diante dos olhos do outro, por isso o tratamento de dignidade e de respeito deve ser estendido a todos, independentemente de características, crenças, posição social ou econômica que cada pessoa tenha ou aparente ter.

”

Compartilhar conhecimentos efetiva uma educação com o protagonismo de todos, e é desse protagonismo que pode nascer um compromisso real de vínculo, a responsabilidade afetiva e inteligível de cada sujeito com o que se discursa, debate e se põe em prática com ações.

Pode parecer difícil falar sobre direitos e deveres compreendendo estruturas jurídicas e legais, mas o importante é destacar nesse processo a essência de discutirmos o direito e suas leis como mecanismos necessários para alcançarmos uma sociedade justa.

Quando houver qualquer dúvida, vale retornar à condição natural perceptível nas crianças: todos nós temos a necessidade de afeto e de acolhimento.

Assim como as crianças, precisamos manter durante toda a vida o sentimento de alegria ao ver os resultados de uma ação generosa e justa, além da capacidade de pedir outra chance e aprender com os erros para continuar brincando, sonhando, projetando futuros enquanto se vive por inteiro o presente.



Mediação em prática



► “Tia Excelência se levanta da mesa e, ao passar pela janela, fica apática com o que vê do lado de fora. Muda o peso do corpo de um pé para o outro, a fim de conferir se o que está vendo é real, ou o mundo mais uma vez entorta na razão.

— Valha-me, minha Nossa Senhora!...

Vou até ela conferir o seu espanto. Através da janela, a surpreendente visão também me toma de perplexidade. Corro ao terreiro e encontro inúmeras nuvens pousadas no chão.”

Releia o conto *O meu quintal de nuvens*, de Alan Minas, e estimule os leitores a pensar a metáfora das nuvens para além da experiência da dúvida que elas possam significar. As nuvens, poeticamente, poderiam aparecer em um contexto de acolhimento, de sonhos, fantasia? Tente questionar os leitores sobre uma possível relação entre o direito de sonhar e o direito à vida.





DESAFIO FINAL

Que tal conhecer mais os direitos individuais e coletivos?

Faça uma pesquisa sobre os princípios fundamentais para o Estado Democrático Brasileiro e os direitos humanos assegurados de maneira imutável pela Constituição de 1988. Durante a leitura, lembre o papel imprescindível da Declaração Universal de 1948 para a elaboração dessa nossa lei, também apelidada de “Lei Maior”.

➤ Onde você pode encontrar o texto da Constituição Federal do Brasil?

É fácil! Basta visitar o site do Planalto do Governo:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

COMO RESUMO ILUSTRATIVO, DESTACAMOS ALGUNS ASPECTOS:

Todo ser humano é legal e ninguém é melhor do que ninguém.

- Art. 5º, caput, da Constituição Federal, “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”.

Um por todos e todos por um!

Se alguém se sentir ameaçado ou machucado por outro alguém, deverá receber amparo. - Art. 5º, inciso, XXXV da Constituição Federal, “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça de direito”.

A balança que pesa o algodão, pesa também o grão.

A justiça é uma virtude com ideal de garantir a liberdade e a igualdade. - Art. 3º, inciso I, da Constituição Federal, “Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I - construir uma sociedade livre, justa e solidária”.

Questão de opinião.

Pluralidade e liberdade de expressão são garantias essenciais à democracia. - Art. 5º, inciso IX, da Constituição Federal, “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”.



Mediação em prática

- › Ler é reescrever para si mesmo e também para os outros leitores durante os momentos de conversa com a mediação sobre leituras literárias. Esse processo de leitura, reflexão e verbalização de percepções sobre a narrativa consolida novas referências e amplia a imaginação, tanto pelo conteúdo abordado quanto pela forma de escrever um texto. Depois das conversas entre leitores, com as ideias fresquinhas na cabeça, vale a pena aproveitar para motivá-los a vestir o papel de protagonistas da escrita e colocar no papel a própria história. Um exercício interessante é pesquisar notícias de jornal sobre um tema associado aos direitos humanos e inventar um enredo ficcional sobre o que pode ter acontecido na vida dos personagens. Mas antes de começar, lembre-se de que muitas são as formas de contar história: pode, pode ser em primeira pessoa, em terceira, com um ou mais narradores, assim como é possível misturar fantasia e realidade. Importante mesmo é escrever!

MINIBIOGRAFIA DA MEDIADORA

Olá, meu nome é **Penélope Martins**. Nasci na Cidade de Mogi das Cruzes, em São Paulo, no ano de 1973, e sou filha de um pai imigrante e uma mãe brasileira. Sou escritora, narradora de histórias e advogada. Sempre me interessei por defender direitos, desde bem pequenina. Por isso, estudei Direito e me pós-graduei em estudos sobre o Direito Constitucional Brasileiro com destaque para direitos humanos de crianças e adolescentes. Neste Pequeno Manual, minha intenção foi juntar a experiência da escritora e narradora com os conhecimentos da advogada, e espero ter conseguido mostrar como a reflexão na leitura literária pode nos ajudar a aprimorar uma ideia de justiça social e como nossa cidadania é fundamental para a construção de uma sociedade que valoriza a vida, a liberdade, a dignidade de todas as pessoas. Além de escrever livros, também mantenho conteúdos digitais, como o podcast *Toda Hora Tem História* e a página *Mulheres que Leem Mulheres*. Entre minhas obras já publicadas estão: *Minha vida não é cor-de-rosa* (2018), primeiro lugar no Prêmio Biblioteca Nacional como melhor romance juvenil (2019) e selecionado pelo PNLN 2020; *Patavina* (2020); *Que amores de sons!* (2018); *As aventuras de Pinóquio* (2018), selecionado para integrar o Catálogo de Bologna e Programa Minha Biblioteca de São Paulo (2019); *Princesa de Coiatimbora* (2017), selecionado pelo Programa Minha Biblioteca de São Paulo (2020); *Canção de Ninar Mamãe e Papai* (2021), e muitos outros. Você pode entrar em contato comigo pelas redes sociais ou visitar minha página: penelopemartins.wordpress.com. Até breve!

FICHA TÉCNICA

Concepção do projeto: Parabolé Educação e Cultura

Curadoria: Fernando Arosa

Orientação pedagógica: Nélcio Spréa

Autoria do caderno pedagógico: Penélope Martins

Produção executiva: Rafael Galvão e Rafael Martins

Ilustrações: Jota P. Andrade

Projeto gráfico e diagramação: Renato Wilmers

Edição: Penélope Martins

Revisão: Dayse Mary Ventura Arosa e Texto Finito



**Instituição
Beneficiada:**



Patrocínio:



Realização:



SECRETARIA ESPECIAL DA
CULTURA

MINISTÉRIO DO
TURISMO

